



Gabriel Bernardino Presidente da ASF

Textos **ISABEL VICENTE**
Foto **NUNO BOTELHO**

“Portugal tem lacunas significativas na cobertura de seguros”

O presidente da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF) responsabiliza sucessivos governos, sector segurador, banca e supervisores pelas falhas de proteção em riscos importantes que podem ser cobertos pelo sector segurador, que agora supervisiona. Portugal tem várias lacunas e atrasos em áreas como a proteção de catástrofes, cibersegurança e mecanismos de compensação para a reforma. Insiste que é preciso criar um novo produto para a reforma com incentivos fiscais e diz que os PPR (Planos Poupança Reforma) foram adulterados.

■ **Tem dito que o mercado segurador em Portugal “precisa de crescer 50%” para convergir com a média europeia. Porquê?**

■ Quando comparamos o mercado português com a média do europeu existe uma razão: temos em Portugal lacunas significativas em áreas de cobertura quer do lado dos cidadãos quer das empresas.

■ **Em que áreas?**

■ Por exemplo, na área da proteção para a reforma e aplicação das poupanças dos portugueses no longo prazo. Nos países da União Europeia os cidadãos têm uma parte significativa desses montantes para a reforma no sector segurador, em Portugal o montante é muito diminuto. A proteção de catástrofes é outra área que em Portugal também tem lacunas muito significativas (ver texto ao lado). E há áreas onde a profundidade ao nível do sector ainda não existe: a cibersegurança é uma delas. Os outros países europeus têm estado em franco desenvolvimento nesta área e em Portugal estamos numa fase muito embrionária. Por

tudo isto, há um potencial de crescimento.

■ **De quem é a culpa deste atraso?**

■ De todos nós, dos sucessivos governos e poder político que não tem sido sensível a estes riscos mais partilhados, das autoridades de regulação e supervisão que não têm conseguido passar a mensagem não só para os governos mas também para os cidadãos que não se protegem, e se encostam muito ao Estado, que está ali para pagar. Há uma culpa coletiva mas devemos olhar para o futuro e pensar o que cada um de nós pode fazer para alterar o contexto.

■ **Como é que garante que este crescimento não resultará apenas em mais lucros para seguradoras e menos proteção real para os consumidores?**

■ Não vejo isso assim. As seguradoras têm de trazer novos produtos para cativar as pessoas. Depois, temos todos — cidadãos e empresas — de entender o papel significativo de pré-financiar situações futuras de debilidades e tornar a sociedade muito mais resiliente. Mas claro

que, sendo a atividade dos seguros privada, ninguém andará neste sector para perder dinheiro de forma consecutiva. O que mais importa é perceber que os cidadãos europeus têm um nível de estabilidade dado pelo sector segurador que não conseguimos atingir.

■ **Terá a ver com a própria situação económica dos portugueses, mais impostos, salários mais baixos...**

■ O rendimento disponível é importantíssimo. Mas, se olhar para o que os portugueses fazem ao rendimento disponível, nós aplicamos os rendimentos mal. Terá a ver com a forma como a mensagem é passada às pessoas. Por alguma razão, em Portugal, 48% do rendimento disponível está em depósitos à ordem, quando a média em termos europeus andará à volta dos 30% e nos países mais preparados ronda os 15% (Países Baixos, Suécia, Dinamarca). E depois temos o espelho ao contrário, quanto desse rendimento disponível está aplicado em poupança a longo prazo, seguros e fundos de pensões: em Portugal anda à volta de 11%, nos melhores países ronda os 46%, 47%.

■ **A culpa é das pessoas?**

■ A culpa não é só das pessoas. Obviamente que a literacia financeira é muito importante, mas depois da experiência internacional que tive, não é só através da literacia financeira, dando o máximo de informação, que o cidadão comum vai ser um decisor racional. É mentira. Toda a gente é responsável aqui, mas quem tem o que pouparamos? Os bancos. Os bancos têm responsabilidade em aconselhar os clientes de forma correta.

■ **Está a dizer que os bancos devem aconselhar as pessoas a tirar o dinheiro dos depósitos e a colocá-lo no sector segurador?**

■ Qualquer intermediário finance-

“
DEVÍAMOS TER
UM PRODUTO
DE POUPANÇA PARA
A REFORMA TÃO
SIMPLES DE
SUBSCREVER COMO
UM DEPÓSITO A PRAZO
”



Presidente da ASF quer mudar hábitos dos portugueses para melhor se protegerem na vida ativa e na reforma

PERFIL GABRIEL BERNARDINO

Tem 60 anos, é casado e tem dois filhos. E o que lhe vem à cabeça quando lhe perguntamos que prioridades tem, diz: "Ser feliz." Licenciado em Matemática e mestre em Estatística e Otimização, esteve 22 anos na ASF, dos quais de 2007 a 2011 como diretor-geral. Foi o primeiro presidente da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) de 2011 a 2021. Afirma não saber como chegou o seu nome ao executivo de Luís Montenegro, mas garante: "Não foi por mim." Recebeu vários convites após recuperar de uma doença que o fez sair da liderança da CMVM, mas só em 2024 aceitou trabalhar como consultor do Banco Mundial (colaborando nos Programas de Avaliação do Sector Financeiro (FSAPs). Gabriel Bernardino ri com o facto de as pessoas dizerem que não se deve voltar à casa onde já foram felizes, que é precisamente o que está a fazer. "É mais uma barreira que vou derrubar."

investimento de longo prazo. E quando chegar mais perto da idade da reforma o investimento já será mais moderado ou conservador.

Quando se começa a trabalhar nem sempre se consegue poupar.

Depende da situação específica de cada pessoa, de qual é o desígnio de vida da pessoa, mas se quiser fazer um planeamento da sua carreira e da sua vida, é bom que toda a gente possa efetuar alguma poupança, mesmo que pequena. Há aqui um sofisma de que poupar é para os ricos. Não é. Poupar é mais relevante para as classes com menos rendimento do que para os ricos. O sistema, o Estado, devia potenciar ainda mais a poupança para pessoas com menores rendimentos.

Com mais incentivos fiscais?

Simplificação: menos complexidade nos produtos, mais simples de subscrever; estratégias de investimento de longo prazo em função do ciclo de vida; e, obviamente, a fiscalidade. Uma fiscalidade atrativa quer para as pessoas e para as empresas, para que possam potenciar essas reformas. Atrativas e estáveis, porque não se pode andar sempre a alterar os regimes fiscais.

O que se deve mudar no regime fiscal?

Os benefícios fiscais atrativos têm de ser para as poupanças de médio e longo prazo, onde as pessoas estão dispostas a deixar capital paciente (de lado). Do ponto de vista macroeconómico é este capital paciente que vai permitir ao Estado fazer investimentos na economia, nas infraestruturas, na transição digital, na transição climática e ficamos todos mais fortes enquanto sociedade.

“

QUANDO CHEGAM À IDADE DA REFORMA, AS PESSOAS PERDEM O SEGURO DE SAÚDE. O SISTEMA TEM DE SER REPENSADO

”

O que vai fazer para convencer os governantes e as seguradoras?

Vamos trabalhar com todos os atores deste ecossistema. Necessitamos de ter um diálogo profundo com o mercado, com as associações dos consumidores, ter uma discussão o mais alargada possível, e bastante consentânea com as diferentes visões do país. Estamos a acabar o plano estratégico, não nos vamos comprometer com prazos. A primeira etapa é estudar a situação em concreto e mostrar os números. A rentabilidade do que as pessoas têm nas suas poupanças hoje deve ser claramente transmitida, para poderem saber escolher. Vamos começar por aí.

Quem vai sensibilizar?

Todos os atores. A banca é relevante, o Governo também. Todos os responsáveis e intermediários financeiros são responsáveis no aconselhamento: bancos, seguradoras, fundos de investimento. O que queremos fazer não é só em Portugal, é em toda a Europa. É neste foco que a comissão europeia Maria Luís Albuquerque está a trabalhar. A Europa pode ganhar mais competitividade e dar a todos os cidadãos e empresas um futuro mais risonho. E a nossa economia precisa.

Por onde se deve começar?

O nosso edifício global da previdência social, para ser virtuoso, tem de ter os três pilares: público, empresas e particulares. O primeiro é fundamental, mas temos de criar condições para potenciar o segundo e o terceiro pilares. A parte das empresas é fundamental. Está provado nos diferentes países que a poupança para a reforma através das empresas (fundos) é a forma mais eficiente. Permite ter uma escala maior, reduzir os custos e obter melhores rendibilidades. Seria, por isso, importante que Portugal pudesse seguir o caminho dos países que a têm. Há, hoje em dia, diferentes soluções para que as pessoas sejam incluídas nesses esquemas de poupança, através de uma contribuição adicional que pode começar por montantes baixos. É muito importante as pessoas saberem o que lhes acontecerá quando se reformarem após 2040 e o que podem ganhar com uma prestação adicional [segundo pilar].

Outra vertente é o crescimento dos seguros de saúde. Preocupa-o?

Há uma questão que me preocupa: o facto de os seguros de saúde em Portugal funcionarem numa lógica de renovação anual. Isto cria dificuldades quando as pessoas se reformam. O que lhes acontece regra geral? Estão numa empresa, a empresa confere-lhes um seguro, mas quando chegam à idade da reforma perdem o vínculo à empresa e ao seguro, numa altura em que mais precisam dele e sem capacidade para fazer um seguro acessível a um preço que possam pagar, porque os custos disparam quando a idade avança. Temos de pensar numa forma de podermos mitigar isto. Em outros países o seguro de saúde é visto numa ótica plurianual, para que seja feito durante 10 anos, ou de forma vitalícia. Durante os anos em que está na vida ativa paga mais para depois continuar a ter apoio na reforma. O sistema tem de ser repensado como um todo.

Há quatro milhões de pessoas seguras...

Os seguros de saúde são um caso de sucesso. Mas há questões que também aqui nos preocupam. Temos vindo a assistir a um crescimento dos custos na área da saúde, pela própria inflação médica, mas também do sistema em si, o que conduz a um aumento dos prémios. Haverá uma altura em que as pessoas podem não os conseguir pagar. Deve haver mais concorrência e diferentes modelos de negócio para mitigar os riscos.

ivicente@expresso.imprensa.pt

ro, incluindo os bancos, deve ter em conta o que é melhor para o cidadão. Se há possibilidade em fazer um investimento de longo prazo, o risco muda de figura, deixa de haver tanto risco. Essa é uma das questões importantes. Temos de dar a volta aqui em Portugal. Há três perfis de risco: conservador, moderado e agressivo. Ora, sejamos claros: 99,5% das pessoas são conservadores, todos temos aversão à perda. Isto é natural.

O que tem de mudar?

Explicar com números. Isto não são ideologias, nem sentimentos: se a pessoa pode investir a mais longo prazo, não deve ter depósitos — a rentabilidade é negativa se fizermos a média dos últimos 10 anos. Isto tem a ver com a necessidade de Portugal ter um novo produto de poupança para a reforma. Os PPR são um produto quase líquido, não são só os depósitos que dão rentabilidades negativas, há muitos PPR que também dão. E este é o produto estrela da poupança, agora veja.

Mas não existem produtos para poupar a longo prazo acessíveis...

O ecossistema tem de ter um produto menos complexo, na sua génese e na definição e na própria comercialização. Isto é muito relevante: devíamos ter um produto de poupança para a reforma tão simples de subscrever como um depósito a prazo. Depois, devíamos ter um produto verdadeiramente de longo prazo, com uma estratégia de investimento clara. Deve haver restrições, já que o PPR foi adulterado.

Que tipo de restrições?

Ter políticas de investimento com a lógica do ciclo de vida do cidadão. Quando mais jovem, por volta dos 30 anos, pode ter mais risco para o dinheiro render mais; se, num ano perder, recupera nos outros, sendo o